DISCIPLINAR EM NOME DE DEUS, RESISTIR POR VONTADE DO HOMEM: RESISTÊNCIA E TOLERÂNCIA NA INQUISIÇÃO PORTUGUESA

DISCIPLINE IN THE NAME OF GOD, RESIST BY THE WILL OF MAN: RESISTANCE AND TOLERANCE IN THE PORTUGUESE INQUISITION

MARCO ANTÔNIO NUNES DA SILVA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: Pretendemos, neste texto, discutir as variadas formas desenvolvidas pela sociedade portuguesa –tanto na Metrópole quanto em suas possessões de além-mar– para enfrentar os rigores impostos pelo Tribunal da Inquisição, lançando mão de variadas estratégias de sobrevivência. O objetivo maior almejado é mostrar uma Inquisição mais multifacetada, diferentemente daquela vista na maioria das obras que dela tratam. Assim, acreditamos contribuir para alargar o conhecimento do qual dispomos hoje sobre quase trezentos anos de história portuguesa –bem como de seus domínios ultramarinos. Buscamos, acima de tudo, dar voz àqueles que não se calaram frente à repressão inquisitorial.

Palavras-chave: Época Moderna; Inquisição portuguesa; resistência; cristãos-novos; cadernos do Promotor.

Abstract: In this text, we intend to discuss the various ways in which Portuguese society –both in the Metropolis and in its overseas possessions– coped with the rigors imposed by the Inquisition, using a variety of survival strategies. The main objective is to show a more multifaceted Inquisition, different from the one seen in most of the works that deal with it. In this way, we believe we can contribute to broadening the knowledge we have today about almost three hundred years of Portuguese history –as well as that of its overseas domains. Above all, we seek to give a voice to those who did not remain silent in the face of inquisitorial repression.

Keywords: Modern Era; Portuguese Inquisition; resistance; New Christians; Promoter's records.

PALAVRAS INICIAIS

O Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais vem se mostrando um espaço propício para os pesquisadores apresentarem suas pesquisas. A investigação sobre o Santo Ofício português é ainda incipiente, mesmo com o reconhecimento de que os documentos produzidos pelo tribunal são como um manancial de conhecimento da História: diante de sua vasta documentação, um imenso universo se abre, apresentando as mais variadas facetas, e algumas delas foram vistas nesse importante evento.

Creio que os trabalhos apresentados deram uma boa ideia dos rumos para onde caminham, ou podem caminhar, os estudos sobre o tribunal português – e aqui me deterei sobre ele, certamente! Para ficar em apenas um exemplo, a análise de gênero aplicada aos estudos sobre a Inquisição, e que lança mão dos *Cadernos do Promotor* e de processos inquisitoriais, amparada por uma sólida bibliografia, permite o conhecimento detalhado de aspectos e pormenores peculiares relativos à história do gênero, difíceis de encontrar¹.

Não percamos de vista que a «própria totalidade é uma fantasia em forma de ilusão [...]». Ilusão imaginária de que o Outro pode me compreender integralmente ou que se possa transmitir sem prejuízo, completamente»². Por isso, este meu texto fará um recorte, privilegiando alguns dentre os muitos temas que podem ser sacados da enormidade e variedade das fontes inquisitoriais.

Cada época elege novas questões que, no final, revelam mais das suas próprias preocupações e convicções³. Como assevera com propriedade o historiador francês Marc Bloch, nada mais verdadeiro, nada mais benéfico do que focar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos próprios ou, ainda melhor, em um dos problemas pontuais que aparecem: fé, economia, organização das classes ou dos grupos, crises políticas⁴.

Encontramos nesse Simpósio – e não só – trabalhos originais, direcionados a pensar as mulheres da Época Moderna, europeias e americanas, mas também africanas e afrodescendentes, num universo do espaço atlântico. São investigações originais que nos apresentam a condição feminina diante da religiosidade colonial, um universo de preconceito contra todos que não dispunham de uma imagem feita à semelhança do Deus cristão, portanto, entendidos como possíveis agentes de Satanás.

Há trabalhos de historiadores preocupados com o contexto de fluidez sociocultural, em que surge um tipo de cristianismo proporcionador do entendimento entre as religiões africana, ameríndia e europeia. Outros estudos trazem luz à relevância dos cristãos-novos nos negócios e desenvolvimento do Brasil, mostrando uma fértil mobilidade a permitir vivências e sociabilidades judaicas pouco usuais.

1 J. PEREIRA DE SOUZA, *Relações de gênero e sexualidades no confessionário sacramental: a solicitação como transgressão nos Cadernos do Promotor e Regimentos da Inquisição, século XVII*, Salvador, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2018.

2 A. STARMINO et alii, «Uma lógica da fantasia? Lacan entre a clínica, o social e a ontologia», *Conexão Letras*, vol. 18, n.º 29 (jan-jul 2023), 25.

3 M. BLOCH, *Apologia da história ou o ofício de historiador*, Rio de Janeiro, 2001, 7.

4 *Ibidem*, 30.

Uma outra problemática é a da repressão inquisitorial aos *menores*, algo ainda pouco estudado, mas que abre outra perspectiva com relação aos fundamentos da ação do Santo Ofício. Tristes tempos esses, nos quais «crianças» foram sacrificadas em nome de uma causa duvidosa.

Embora se acredite que poucos foram os menores processados e condenados pelo tribunal da Inquisição, essa é uma afirmação para ser lida com muito cuidado. Talvez poucos sejam os trabalhos centrados nesse tema⁵ – e mais diminuto ainda seja o interesse em capítulo de nossa história tão sensível. Nesses processos, percebemos os efeitos da prisão recaindo tanto nos corpos quanto «no processo aflitivo de culpabilização de si e na construção dos traumas de si»⁶.

Em outubro de 1683, foi preso pela Inquisição de Goa o jovem Antônio da Costa de Mesquita, na época com 15 anos de idade. Cerca de dois anos depois ainda continuava preso, e em 12 de outubro de 1685 foi levado à casa do tormento. Só então, depois de «apertado um cordel», confessou que seu pai, Gaspar da Costa de Mesquita, havia ensinado o judaísmo a ele bem como a seus irmãos, dois dos quais moradores no Brasil: Manoel da Costa de Mesquita, residente no Rio de Janeiro e Teotônio da Costa, o qual vivia na Bahia. Essa denúncia nos sugere a existência de um triângulo ligando Rio de Janeiro, Bahia e Goa, mantido por essa família. Talvez através do processo desse jovem pudéssemos detalhar melhor essas ligações, e o que, de fato, se comercializava⁷.

Chamamos a atenção para um fato relevante a respeito do processo movido em Goa contra Antônio da Costa de Mesquita. Em um texto pioneiro, no qual analisa a questão do *menor* nos estatutos inquisitoriais, o historiador Elias Lipiner mostrou nesses escritos a proibição da tortura aos menores de 25 anos, o que não aconteceu aqui, como vemos a seguir:

«conforme os merecimentos de sua causa o sentenciaram a tormento, cuja execução se começou pelas oito horas e meia, pouco mais ou menos, e tendo apertado um cordel, por dizer que queria confessar, foi mandado desatar, e assentar no banquinho»⁸.

5 Exceção feita ao trabalho pioneiro de Alex Silva Monteiro, em que apresenta uma detida análise dos Regimentos inquisitoriais no tratamento que dispensa à questão dos menores. Em certo sentido, faz um ótimo aprofundamento do texto de Elias Lipiner. A. SILVA MONTEIRO, *A heresia dos anjos: a infância na Inquisição portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Niterói, Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2005. Mais recentemente, Cássia Dias defendeu, na Universidade do Estado da Bahia, sua dissertação de Mestrado, abordando justamente a temática do menor preso pela Inquisição portuguesa, detendo-se particularmente no tribunal de Lisboa. C. DIAS, *Ser criança perante a Inquisição portuguesa: legislação e estratégias de sobrevivência – século XVIII*, Santo Antônio de Jesus, Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, 2017.

6 R. KLAUMANN, «A Inquisição como dispositivo genealógico dos poderes disciplinar e normalizador da sociedade moderna ocidental», *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano XVI, n.º 47 (set/dez 2023), 76.

7 Infelizmente quase toda a documentação do tribunal da Inquisição de Goa foi destruída. O caso do jovem Antônio da Costa de Mesquita estava «perdido» em um dos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa; para a infelicidade do historiador, restaram apenas pedaços do processo, e não sua totalidade.

8 Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [AN/TT], Tribunal do Santo Ofício [TSO], Inquisição de Lisboa [IL], livro [liv.] 255, fólio [fl.] 480v.

A tortura era utilizada de forma excepcional, não sendo aplicada como punição, mas como forma de descobrir uma suposta verdade, quando outros métodos de investigação não funcionavam e, principalmente, quando havia a certeza da culpa do réu. Tentava-se fazê-lo voltar à razão, para seu próprio bem⁹.

O jovem Manoel foi entregue em 11 de julho de 1630 à Inquisição de Évora; embora não tenha de fato sofrido tortura –como aconteceu em Goa com Antônio da Costa de Mesquita–, foi levado à «casa da Santa Inquisição deputada para o tormento»¹⁰ para que, diante dos instrumentos de tortura, terminasse de forma satisfatória a sua confissão e, o mais importante, denunciasse quem o havia instruído a louvar a lei de Moisés.

Apesar da não execução da tortura, só a ameaça da sua aplicação já era o bastante para agir como um fator de pressão psicológica, ainda mais se levarmos em consideração a pouca idade do menino, que contava à época com 13 anos. A mais remota possibilidade de ir parar na sala de tormento era mais que suficiente para infundir no menor um extremo terror, agindo de forma terrível sobre seu estado psicológico¹¹. No caso específico de Manoel, sua pouca idade o impediu de ser castigado publicamente, mas não o poupou de ser açoitado em privado, no interior da própria Inquisição de Évora.

Entre os processos de menores que já transcrevi e sobre os quais escrevi, um dos desfechos mais horrendos foi o de Antônia do Espírito Santo, presa em 20 de novembro de 1750, então com 14 anos de idade; no ano seguinte, em 8 de maio de 1751, somos informados do *auto de falecimento*, com o alcaide dos cárceres secretos Antônio Gomes Esteves noticiando sua morte –«falecera da vida presente»–, ocorrida às sete horas da manhã, «no quinto cárcere do corredor meio velho»¹². Como relatou o alcaide, a causa da morte, natural, teria sido «uma febre contínua em que se confirmou tísica»¹³, nome dado, na época, à tuberculose.

Em meu entendimento, essa articulação de análises para ampliar o olhar sobre os alcances e os limites dos temas expostos no Simpósio, suas conexões, projeções e abrangências estabelecem o ponto de chegada e de partida para novas investigações, problemáticas, análises, sínteses e conclusões.

Como escreve Elvira Mea em seu texto de apresentação ao livro *O estertor do Santo Ofício*, o estudo sobre o tribunal da Inquisição requer pesquisas aptas na articulação, de forma «intensa e profunda», de todo um conjunto de fontes, embora se esteja muito aquém de entender metade de seu acervo documental¹⁴. Em minha avaliação, o que fazemos, com nossos

9 S. SQUEIRA, *O momento da Inquisição*, João Pessoa, 2013, 591.

10 AN/TT, TSO, Inquisição de Évora [IE], processo [proc.] 1117, fl. 63v.

11 M. TORRES AGUILAR, «Un menor ante la Inquisición de Sevilla: el 'asesinato ritual' del niño de Cádiz», *Revista de Historia Moderna*, n.º 17, 1998-1999.

12 AN/TT, TSO, IL, proc. 2803, fl. 31.

13 AN/TT, TSO, IL, proc. 2803, fl. 31.

14 E. CUNHA DE AZEVEDO MEA, «Apresentação», N. URRÁ JAQUE et alii, *O estertor do Santo Ofício: do Iluminismo à extinção*, Buenos Aires, 2023, 9.

trabalhos, pode ser traduzido com as palavras de Sonia Siqueira, expressas no referido livro: «captar o socialmente invisível e ouvir o inarticulado: a memória silenciosa dos mortos»¹⁵.

Os temas e as proposições são extremamente instigantes: os estudos das artes divinatórias e de curas; a dura relação entre infância e sodomia; as freiras cristãs-novas presas e processadas; os casos de sodomia e bigamia femininas, indo no contrafluxo de análises que associam tais delitos apenas ao universo masculino; homens desejando arduamente a sua entrada para os quadros do tribunal, e tendo seus pedidos negados; os crimes de feitiçaria e de solicitação, os quais permitem uma rica análise, principalmente quando envolvem mulheres; a inclusão, tão axial e necessária, dos povos originários americanos nas análises acerca do tribunal¹⁶.

CRITICAR O SANTO OFÍCIO

Lanço mão aqui, mais uma vez, da reflexão do historiador Marc Bloch, duro crítico dos historiadores que ao invés da compreensão, praticam o julgamento¹⁷. De forma quase jocosa, conclui o historiador francês: «De modo que em muitos casos o demônio das origens foi talvez apenas um avatar desse outro satânico inimigo da verdadeira história: a mania do julgamento»¹⁸. Mas não precisamos nós, historiadores, desempenharmos esse papel, pois críticas e julgamentos sobre o tribunal abundam nos documentos. Assim, compreender, e não julgar, é o objetivo principal da análise histórica, e por onde deve principiar o genuíno ofício do historiador¹⁹.

Acostumamos a ler as críticas direcionadas à Inquisição somente pelos textos dos homens como o padre Antônio Vieira, muito mais preocupados, de fato, em mostrar os inconvenientes econômicos para o reino, proporcionados pela ação inquisitorial, ao perseguir os cristãos-novos, do que criticar a violência e a injustiça de um tribunal imbuído do objetivo de

15 S. SIQUEIRA, «O Santo Ofício e o direito de punir», N. URRÁ JAQUE *et alii*, *O estertor do Santo Ofício: do Iluminismo à extinção*, 109.

16 Há várias pesquisas desenvolvidas por jovens historiadores baianos, que vêm trazendo um olhar renovador à historiografia da Inquisição: C. DIAS, *Ser criança perante a Inquisição portuguesa*; I. SILVA DE JESÚS, *Mulheres sodomitas nas Visitações do Santo Ofício na Bahia*, Santo Antônio de Jesus, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2019; S. PINTO LIMA, *O signo do Diabo em forma de mulher: a Inquisição na Bahia de Todos os Santos 1591-1699*, Salvador, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2020; F. DOS SANTOS, *Familiaturas recusadas pelo tribunal do Santo Ofício português na Vila de Cachoeira (1681-1750)*, Santo Antônio de Jesus, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2021; J. MACEDO OLIVIERA SANTOS, *Entre aldeamentos, vilas e engenhos: etnogêneses e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1640)*, Salvador, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2021; J. MACEDO OLIVEIRA SANTOS, *Ecossistemas da liberdade: profetismo indígena e protagonismo Tupinambá na Bahia quinhentista*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020; J. PEREIRA DE SOUZA, «Relações de gênero e sexualidades no confessionário»; T. MELO DE SOUZA, *Mulheres bigamas e Inquisição no Recôncavo da Bahia colonial: casar e casar novamente (1695-1709)*, Salvador, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2017.

17 BLOCH, *Apologia da história*, 29.

18 *Ibidem*, 58.

19 *Ibidem*, 30.

perseguir todos os opositores à sua «ideologia». No entanto, a própria documentação inquisitorial traz críticas e formas de resistência dos mais diferentes tipos, feitas igualmente por pessoas que representavam segmentos díspares da sociedade.

Se por um lado afirmamos, tomando por base os diversos documentos, que os cristãos-novos sempre resistiram à Inquisição, usando para tal várias estratégias, inclusive a crítica à estrutura inquisitorial, por outro lado também podemos mostrar que parte da sociedade cristã-velha tentou questionar os erros e desmandos cometidos por aquele Tribunal.

Os *Cadernos do Promotor* revelam que as críticas à Inquisição não eram uma exclusividade de Vieira, Duarte Gomes de Solis, Manoel Fernandes Vila Real, Ribeiro Sanches e Dom Luís da Cunha, cujas queixas coincidiam em muitos pontos. O padre Vieira talvez tenha sido o exemplo máximo, ao menos para o século XVII, de um crítico e adversário ferrenho do Santo Ofício, apontando injustiças e denunciando contradições. Mas com certeza o célebre jesuíta não foi o único, e os documentos estão repletos de exemplos mostrando que a sociedade apontava falhas na instituição inquisitorial, como a venalidade do clero na colônia americana.

Gente «comum», anônima, desempenhou da mesma forma importante papel no questionamento do que se praticava em defesa da fé. Atitude rotineira, por sinal, como foi demonstrado pela denúncia contra o vigário de Salvador, Antônio de Sá e Vasconcelos, acusado de proferir «palavras injuriosas contra os senhores inquisidores em matéria tocante ao ofício, e em menosprezo do ministério e reto procedimento da Inquisição»²⁰. Já o religioso da Ordem de Santo Agostinho, Matias Pereira, podia verbalizar sua crítica com conhecimento de causa: foi acusado de afirmar que havia sido castigado injustamente pelo Santo Ofício, «por serem os inquisidores uns tiranos»²¹.

No âmbito da visita empreendida a Santarém na década de 20 do século XVII, Guiomar Mendes confessou ter dito, certa vez, que cristãos-novos presos «eram acusados falsamente pela inveja da mesma gente de nação»; já Branca Mendes acusou-se de ter dito que a Inquisição prendia os cristãos-novos para «comer deles», e todos os que morriam, morriam como mártires; o cristão-novo Belchior de Barros defendeu um dia que «o primeiro que inventara a Inquisição devia de ser um ladrão»; e Henrique do Quintal proferiu «palavras de menosprezo pela visita»²².

Fica evidente, pela documentação, que homens e mulheres, mesmo com o medo de serem presos e sentenciados pelo tribunal inquisitorial, não recuavam diante desse temor e faziam críticas explícitas e contundentes aos fins, à integridade e aos métodos de operação do Santo Ofício²³.

Entre as conversas mantidas nos cárceres inquisitoriais, também havia espaço para apontar as injustiças e a crueldade que ali eram praticadas, e aí nem os inquisidores escapa-

20 AN/TT, TSO, IL, liv. 229, fls. 14-22.

21 AN/TT, TSO, IL, liv. 248, fl. 247v.

22 M. P. MARÇAL LOURENÇO, «Uma visita da Inquisição de Lisboa: Santarém, 1624-1625», M. H. CARVALHO DOS SANTOS (COORD.), *1.º Congresso Luso-brasileiro sobre Inquisição*, Lisboa, 1989, vol. II, 586-587.

23 LOURENÇO, «Uma visita da Inquisição de Lisboa», 587.

vam das críticas e das maledicências. Entre o que escutara Bárbara Dias, dizia-se «que mau fim houvesse os senhores inquisidores e mau inferno tivessem pois davam tratos aos presos e eram maus cristãos»²⁴.

Por isso, é preciso levar em consideração a avaliação de Carlo Ginsburg: a busca pela verdade do inquisidor possibilitou a chegada até nós de documentação extremamente rica, embora fortemente distorcida pela pressão psicológica e física, a qual os acusados enfrentavam. Jamais se pode perder de vista que em muitas ocasiões as respostas dos réus eram apenas o reflexo das perguntas impostas pelos interrogadores. Em poucos casos, raros por sinal, temos a oportunidade de vislumbrar um diálogo genuíno: «podemos ouvir vozes distintas, podemos detectar um choque entre verdades diferentes ou mesmo contraditórias»²⁵. Contudo, alerta outro grande historiador, é bom não nos fiarmos tanto, pois as «testemunhas podem se enganar ou mentir»²⁶.

Outra ideia persistente na bibliografia é a defesa, às vezes ferrenha, de que uma das várias proibições no interior dos cárceres inquisitoriais eram as conversas entre os prisioneiros²⁷. Aqui não se considera, por certo, o uso das batidas nas paredes, nem tampouco a circulação de bilhetes pelos interiores dos cárceres. A documentação produzida pelos tribunais da Inquisição é muito clara em mostrar que a comunicação mantida no interior das prisões inquisitoriais era de conhecimento dos inquisidores, prática a ser combatida, pois os presos, por meio das conversas, poderiam «uns a outros induzir a que calem a verdade, ou digam falso contra alguém»²⁸. Provavelmente, tal prática acontecia, primeiro, pela própria impossibilidade de combatê-la e, segundo, pela convivência de muitos agentes da Inquisição, os quais retiravam lucros das variadas maneiras desenvolvidas por presos e presas para «conversarem», mesmo no interior da prisão. Esse dilema fica evidente nos registros dos próprios inquisidores, numa investigação de um dos *Cadernos do Promotor* da Inquisição de Lisboa, com um curioso título –«Contra os guardas dos cárceres»–, cujo objetivo era apurar responsabilidades e punir os fautores. Dizem então os inquisidores:

«Nesta mesa há informação certa que os presos e presas dos cárceres se comunicam e escrevem muito de ordinário sem os guardas o alcançarem nem darem disso conta, e por esta causa foram advertidos e repreendidos por vezes, sem haver emenda e entendemos que a não haveria, nem de seus sujeitos se pode esperar»²⁹.

Temos visto, a partir de uma análise mais acurada da documentação inquisitorial –principalmente dos *Cadernos do Promotor*–, que o conhecimento desse quadro nos chega não somente por intermédio das descrições feitas pelos guardas e alcaides, muitos deles alheios a

24 AN/TT, TSO, IL, liv. 227, fl. 226.

25 C. GINZBURG, «O Inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações», *A micro-história e outros ensaios*, (1991), 206.

26 BLOCH, *Apologia da história*, 96.

27 A. DA SILVA VIEIRA et alii, «Os métodos e procedimentos da Inquisição em Portugal segundo seus contemporâneos», *VIII Congresso Internacional de História*, Maringá, 2017, 244.

28 AN/TT, TSO, IL, liv. 227, fl. 226.

29 AN/TT, IL, liv. 226, fls. 233-233v.

tudo isso. Sabemos, igualmente, porque os próprios encarcerados tomavam a iniciativa de confessar aos inquisidores o que se passava no interior de suas celas, provavelmente como forma de minorar possíveis rigores e escaparem de sentenças como a fogueira. Preferiam delatar os companheiros de infortúnio, se isso fizesse com que caíssem nas graças daqueles que os julgavam. Nessa tentativa, pediam audiência e comunicavam o que se passava nos cárceres. Tal foi o caso de Bárbara Dias, que, em junho de 1644, por iniciativa própria, denunciou algumas presas que mantinham conversação entre si, justamente naquelas «horas que os guardas andam impedidos em recolher a louça e depois enquanto andam dando as candeias»³⁰.

Mas qual tipo de informação poderiam trocar entre si e que justificaria tamanho risco? De acordo com o testemunho dado pela mesma Bárbara Dias, ela ouvia suas colegas de infortúnio «dando novas das suas causas e das presas, e das mais que podem saber do cárcere»³¹. Porém, bem mais importante que essa questão, uma presa em particular costumava incentivar as demais, dando-lhes forças:

«está sempre dizendo que não confessem e que tenham pela honra, como castelos, e a uma mulher que mais por além da dita casa está presa, a quem ela denunciante ouve muitas vezes chorar, lhe diz a dita mulher que tenha tato, que não confesse, e que se tiver contraditas, que venha à mesa com elas, e que dava muitas graças a Deus por ter uma companheira que a aconselhou muito bem, a que não confessasse e que a metera em arte para ela se livrar»³².

A forma de contato entre os presos não se restringia apenas aos bilhetes, mas poderia dar-se através do que era chamado «abc». Essa estratégia de comunicação é citada por Elias Lipiner em sua obra *Terror e linguagem*, no verbete alfabeto dos cárceres³³. Alberto Dines também faz referência a esse tipo de comunicação observada pelos presos, apesar da vigilância³⁴. Lendo o processo de Gaspar Mendes temos a oportunidade de saber com mais detalhes como funcionava a comunicação através do «abc»:

«e assim mais lhe dissera o dito Duarte Pereira que pela regra do abc se entendiam com os presos do cárcere continuando-a até a letra por donde queria começar, o que queriam dizer, e parando tornavam a continuar o mesmo abecedário até pararem na letra que se seguia, e nesta forma iam continuando [e] tomando as letras e entenderes até se entenderem uns com outros no cárcere»³⁵.

Em alguns trabalhos, inclusive nos relativamente recentes, aparece a ideia do segredo, que perpassava todo um processo: o réu não conhecia os crimes que lhe eram imputados

30 AN/TT, IL, liv. 226, fls. 233-233v.

31 AN/TT, IL, liv. 226, fl. 233v.

32 AN/TT, IL, liv. 226, fls. 233v-234.

33 E. LIPINER, *Terror e linguagem. Um dicionário da Santa Inquisição*, Lisboa, 1999, 26-28.

34 A. DINES, *Vínculos do fogo: Antonio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*, São Paulo, 1992, nota 41, 50.

35 AN/TT, TSO, IC, proc. 6676, fl. 98.

(tinha a árdua tarefa de descobri-los), e era forçado a assinar um documento – Termo de segredo – em que concordava em jamais comentar a respeito do que passara consigo dentro da Inquisição, pois do contrário seria preso novamente, desta vez com poucas chances de escapar com vida³⁶. Aparecem ainda afirmações como esta: «Devido ao sigilo imposto pelo Santo Ofício ninguém tinha informações sobre os processos movidos contra outros réus»³⁷.

Essas afirmações não resistem ao serem confrontadas com as fontes primárias. Notícias acerca da comunicação mantida dentro dos cárceres nos chegam de fora dos cárceres, como aquela exposta em uma carta enviada aos inquisidores de Lisboa pelo padre Manoel Rodrigues Nascente, beneficiado na igreja de Nossa Senhora Anunciada, na vila de Setúbal, anexada ao Livro 225 dos *Cadernos do Promotor*. Segundo o religioso, os rumores lhe chegaram por intermédio de Maria Fernandes, a qual, por sua vez, ouvira de Maria de Matos, esta «penitenciada no auto passado»³⁸, ambas moradoras na referida vila de Setúbal. Maria de Matos falava com conhecimento de causa, pois estivera presa nos cárceres inquisitoriais e bem sabia «que os presos se comunicavam, e se entendiam, batendo nas paredes uns aos outros»³⁹. Falaria, então, mesmo após ter assinado um termo de segredo, comprometendo-se a nada dizer sobre o que vira e ouvira nos cárceres.

Ora, todo esse contato era imprescindível para se saber quem entrava e saía dos Estaus – o palácio da Inquisição –, principalmente para se tentar descobrir possíveis delatores, ou então aqueles que não poderiam ser citados nas denúncias, para com isso se evitarem novas prisões. Da mesma forma, toda essa comunicação poderia trazer aos presos informações sobre o conteúdo das denúncias que pesavam contra eles próprios, pois, de posse desse conhecimento, era mais fácil desabonar uma acusação, minimizando os rigores das penas⁴⁰.

Outra questão relevante: a proibição e a vigilância acerca da questão alimentar, pois a *comida* que circulava dentro dos cárceres continuou sendo um dos veículos mais importantes para a comunicação entre os presos. Ela era um ótimo instrumento «para receber e dar, e por isso a cozinha tornava-se uma autêntica agência noticiosa»⁴¹. Local de onde saíam os alimentos servidos aos «habitantes» dos cárceres, era assim um espaço visado e disputado, pois a quem aí trabalhava chegavam «pedidos, normalmente incluindo o nome, a morada e o que se queria saber», sendo *função* das cozinheiras, portanto, «o envio dos pedidos para as celas susceptíveis de poder dar respostas»⁴².

Em seu comentário sobre a obra de Alexis de Tocqueville, escreve François Furet em seu livro *Pensar a Revolução Francesa*: «viu-se diante do dilema bem conhecido de todos os historiadores do Antigo Regime: no alto, a minúcia extraordinária na regulamentação de tudo;

36 M. C. SCUDELER SILVA, *Inocentes & Culpados: repensando o julgamento inquisitorial ibérico*, São Paulo, 2022, 8.

37 DA SILVA VIEIRA *et alii*, «Os métodos e procedimentos da Inquisição em Portugal», 242.

38 AN/TT, TSO, IL, liv. 225, fl. 371.

39 AN/TT, TSO, IL, liv. 225, fl. 371.

40 E. C. DE AZEVEDO MEA, «O cotidiano entre as grades do Santo Ofício», N. FALBEL *et alii*, *Em nome da fé: estudos in memoriam de Elias Lipiner*, São Paulo, 1999, 132.

41 *Ibidem*, 139.

42 *Ibidem*.

em baixo, desobediência crônica»⁴³. A respeito do Antigo Regime, Tocqueville foi bastante claro: «Quem quisesse julgar o governo daquele tempo pelo conjunto de suas leis incorreria nos erros os mais ridículos»⁴⁴. É aconselhável sempre termos em mente que a nós, historiadores, está impossibilitada a constatação dos fatos que estudamos⁴⁵.

Em minha tese de doutorado, defendida há mais de vinte anos, há um caso que contesta afirmações do tipo: «todo prisioneiro da Inquisição já era considerado culpado desde o momento em que foi preso. Não existia a possibilidade de inocência, ou seja, o julgamento resultar numa situação que demonstrasse que o réu não era culpado das acusações»⁴⁶. Ideia comum essa, de que mesmo «liberto por falta de provas, os bens confiscados não retornavam para as famílias»⁴⁷.

Na minha busca, pelas listas de auto-de-fé, por homens e mulheres presos no Brasil, deparei-me com o curioso processo do cristão-novo Nuno Fernandes, preso na Bahia em meados de 1611. Esse caso é, obviamente, uma exceção à regra, pois além de ser solto, ele viu ser levado ao cárcere o homem que, anteriormente, o havia prendido. Este último era Baltazar Coelho, o qual fizera a prisão em nome da Inquisição, dizendo ser familiar do Santo Ofício, o que se descobriu depois ser falso. A Mesa do Santo Ofício, em 27 de setembro de 1611, tomou a seguinte resolução, rara, por sinal:

«E contra direito e mandamos [que] o dito Nuno Fernandes seja solto, que se pode ir em paz para onde quer que quiser, e o havemos por desobrigado da fiança que tem dado nesta Mesa, e que se passe conta para o juiz do fisco do Brasil ou para quem de direito pertencer, para que lhe mandem entregar seus bens e toda a fazenda que lhe foi sequestrada, ficando ao réu reservado seu direito contra a pessoa ou pessoas que individualmente o prenderam e fizeram prender, para por elas haver as perdas e danos que teve em o prenderem e sequestrarem seus bens»⁴⁸.

Embora se trate de um caso isolado, ficou bastante evidente que somente por intermédio do aprofundamento e alargamento das fontes usadas é que a Inquisição portuguesa começará a ser melhor compreendida, inclusive o seu papel naquela sociedade.

Há quem defenda, igualmente, que «o principal intuito dessa instituição [a Inquisição] era se colocar como a única possibilidade de vivência da época»⁴⁹. Aqui temos claramente essa ideia da infalibilidade do Tribunal, a de uma instituição onisciente e onipresente, bem distante de uma instituição gerida por seres humanos. Ademais, chega-se a negar o indivíduo, quando lemos ser «evidente que o indivíduo não tinha espaço numa sociedade contro-

43 L. DE MELLO E SOUZA, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, 2006, 56.

44 *Ibidem*, 56.

45 BLOCH, *Apologia da história*, 69.

46 SCUDELER SILVA, *Inocentes & Culpados*, 28.

47 DA SILVA VIEIRA et alii, «Os métodos e procedimentos da Inquisição em Portugal», 243.

48 AN/TT, TSO, IL, proc. 17408, sessão de 27 de setembro de 1611.

49 SCUDELER SILVA, *Inocentes & Culpados*, 57.

lada pelo discurso da unidade religiosa»⁵⁰. Nada mais distante da realidade histórica do que acreditar que «a partir do momento em que o acusado era encerrado nas prisões secretas da Inquisição, deixava de existir para o mundo»⁵¹.

Ana Brás foi entregue aos cárceres inquisitoriais em 3 de janeiro de 1627 e ouvida pela primeira vez um mês após sua prisão, em 4 de fevereiro. Contava então com 55 anos de idade, cristã-velha – segundo ela, «inteira cristã velha sem raça de cristão novo, nem de mourisco nem de outra má»; recebeu juramento dos Santos Evangelhos, prometendo «não falar nos cárceres o que ia fora, nem fora o que ia nos cárceres», o que obviamente não cumpriu, motivo pelo qual estava presa. Aos inquisidores, atestou: «por cada ajuda lhe davam trinta réis e todas lhe têm pago o despenseiro»⁵².

Para melhor esclarecimento desse caso, foi ouvido em 4 de fevereiro de 1627 o alcaide dos cárceres Heitor Teixeira, com o intuito de apontar «que mulher vem de um ano a esta parte aos cárceres a fazer ofício de cristaleira quando é necessário». Confirmou apenas o seguinte: a mulher era Ana Brás, «a qual é uma velha pequena, e que anda sem manto», a mesma, portanto, que havia sido presa nos cárceres inquisitoriais quase um mês antes. O alcaide, contudo, não se limitou a identificar Ana como a responsável por «romper o segredo dos cárceres», mas mostrou aos inquisidores uma falha no ofício, pois quando a cristaleira ia aplicar a *mezinha* a outra mulher, «e sendo mulheres por amor da honestidade não está ele testemunha nem guarda presente», inclusive já havia ele, o alcaide, feito «disto relação nesta mesa»⁵³.

O conteúdo dos bilhetes variava: Ana Brás recebera uma pataca de uma mulher presa nos cárceres –de quem disse não lembrar o nome– «que queria saber se o marido era vivo que era doente de gota». Esse escrito, em particular, era pequeno e fora «cosido em um pequeno de pano de linho, e ela confitente o meteu no seu»⁵⁴.

Então, vejamos:

«O indivíduo é anulado, já que as ideias particulares significavam uma contestação perigosa para a unidade construída através do discurso religioso. De acordo com o seu próprio argumento, a Inquisição existe não para identificar hereges e livrar o mundo de seus pecados; ela serve para que todos pensem de acordo com o que eles identificaram como verdade. O bem comum para o espírito do Tribunal significa uma massa aterrorizada, que segue sem pestanejar a cartilha inquisitorial, pois assim todas as ordens seriam sempre ditadas pela mesma elite detentora de poder»⁵⁵.

A questão axial aqui não é negar que esse era, de fato, o projeto, senão crer que ele foi executado, posto em prática, na íntegra e de maneira tão eficiente.

50 *Ibidem*, 79.

51 *Ibidem*, 94.

52 AN/TT, TSO, IL, proc. 12288, fls. 1-2.

53 AN/TT, TSO, IL, proc. 12288, fls. 8-8v.

54 AN/TT, TSO, IL, proc. 12288, fls. 2-2v.

55 SCUDELER SILVA, *Inocentes & Culpados*, 97.

E mais: crê-se, de fato, «que os processos eram montados de forma que o réu não tivesse escapatória, criando uma situação de impotência»⁵⁶. A documentação produzida está repleta de exemplos que demolem essa crença da impotência, sendo o processo movido contra Ana Brás apenas um exemplo. Penso que acreditar nessa «impotência» seja indigno a todos que sofreram e jamais pararam de lutar. E não se trata de defender o tribunal: a tortura praticada em Antônio da Costa de Mesquita, jovem de 15 anos, na Inquisição de Goa; a ameaça feita a Manoel, na casa de tormento da Inquisição de Évora; a morte prematura de Antônia do Espírito Santo não permite nada parecido.

O TEMOR: LUTA-SE PARA ALÉM DO MEDO

Para a historiadora portuguesa Maria José Ferro Pimenta Tavares, o medo havia se institucionalizado na sociedade, «e tomava parte intrínseca nesta pedagogia»; pedagogia religiosa que punia por meio de «abjuração pública, penitência e expiação pelo fogo». Uma sociedade em que se temia a Deus e a seu julgamento, a condenação às penas eternas e sobretudo à morte; o súdito temia seu rei, o filho seu pai, a esposa seu marido. Mas essa visão da sociedade é bastante relativizada por uma outra, que extraímos dos documentos produzidos pelos tribunais. Sem negar o temor, os indivíduos não se paralisaram por ele e, embora a referida historiadora acredite que «o medo impunha-se como freio à heresia, ao pecado», tal afirmação é apenas uma pequena «verdade» de um cenário muito mais amplo e complexo⁵⁷.

Desnecessário dizer que não negamos que o preso fosse acometido de vários medos: de ser interrogado, dos próprios companheiros de infortúnio, de ser torturado, de ouvir o desfecho de seu processo. Mas o efeito de tudo isso agia de maneira diferente em cada um, por suposto⁵⁸.

Meu trabalho sobre o caso das maçãs de Évora –publicado no livro *La Inquisición vista desde abajo*, organizado por Juan Ignacio Pulido Serrano e William Childers– ajuda a relativizar afirmações que defendem que «todos temiam o Santo Ofício por seu rigor e sua eficiência em punir –e o respeitavam pelos mesmos motivos»⁵⁹. Ou quando se fala em «totalitarismo mental», dando uma falsa ideia de que naquela sociedade não se pensava, ou que críticas eram inexistentes.

Algo assim é difícil de aceitar quando se debruça sobre a documentação, o que fez Stuart Schwartz, em seu livro *Cada um na sua lei*⁶⁰. Para mim, a pior forma de análise da Inquisição é justamente essa, que exacerba seu totalitarismo, pois com isso calamos as vozes que se levantaram contra suas ações. E ainda hoje, após tanto tempo, é possível encontrar análises que veem a Inquisição como uma «fábrica de judeus». Penso que devemos seguir de muito perto o que escreve a referida Maria José Ferro Pimenta Tavares, entendendo o Santo Ofício «à luz da mentalidade da época que proporcionou a sua entrada e actuação e não à luz do espírito de hoje»⁶¹.

56 *Ibidem*, 100.

57 M. J. FERRO PIMENTA TAVARES, «Inquisição: uma catequização pelo medo», *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, vol. IV, tomo II, 1989, 192-195.

58 *Ibidem*, 197.

59 SCUDELER SILVA, *Inocentes e Culpados*, 130.

60 S. SCHWARTZ, *Cada um na sua lei: salvação e tolerância religiosa no Atlântico ibérico*, São Paulo, 2009.

61 FERRO PIMENTA TAVARES, «Inquisição», 187.

Essas questões precisam ser postas em seu tempo; é fazer como Laura de Mello e Souza, e pensar com maior atenção nas provas empíricas e nas circunstâncias específicas; ou, como ensina Edward P. Thompson, nunca esquecer que «a história é a disciplina do contexto»⁶². Aqui recorro mais uma vez à lucidez de Marc Bloch, para quem:

«nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: ‘Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.’ Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito»⁶³.

O pretenso silêncio da sociedade, amordaçada pela Inquisição, não resiste ao que nos mostra Anita Novinsky, quando a historiadora brasileira escreveu sobre a mulher cristã-nova:

«Suas atitudes e opiniões sobre os cristãos-velhos, sobre a Igreja, sobre os padres, a confissão, os dogmas, sobre o Papa, sobre Deus, o amor, a morte, e principalmente sobre a Inquisição, escoam das páginas dos processos e nos fornecem material, às vezes única, sobre o cripto-judaísmo na América»⁶⁴.

Infelizmente, em alguns casos, a historiografia que se concentra em analisar os cristãos-novos portugueses muitas vezes ignora as particularidades de um grupo que, apesar de passar por uma mudança cultural gradual, não abdicou de sua tradição milenar instantaneamente. Ao renunciarmos a essa visão, estamos ignorando a poderosa influência da tradição judaica, e deixamos, com isso, de reconhecer os processos de aculturação. Nesse sentido, Ronald Raminelli, historiador brasileiro, é certo ao afirmar:

«Pensar em uma assimilação, como fez o historiador lusitano [Antônio José Saraiva], é desprezar a força da tradição; por outro lado, é considerar, como fizeram os inquisidores, judeus somente aqueles que seguiam alguns ritos judaicos. Portanto, não se deve considerar os judeus convertidos como novos cristãos e esquecer, como desejou o Santo Ofício, a cultura judaica que padronizou as condutas de muitos elementos referidos pelo estudioso português»⁶⁵.

O cenário era complexo, na medida em que existiam cristãos-novos que se identificavam como cristãos, tanto interna quanto externamente, alguns inclusive sendo mais ativos

62 DE MELLO E SOUZA, *O sol e a sombra*, 40-41.

63 BLOCH, *Apologia da história*, 60.

64 A. NOVINSKY, «O papel da mulher no cripto-judaísmo português», *O rosto feminino da expansão portuguesa*, Lisboa, 1995, 550.

65 R. J. RAMINELLI, *Tempo de Visitações: cultura e sociedade em Pernambuco e Bahia: 1591-1620*, São Paulo, Mestrado apresentado ao Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990, 182-184.

do que os cristãos-velhos; não esquecer que havia também cristãos-novos que voltavam a ser judeus abertamente⁶⁶.

A INQUISIÇÃO EM SEU ESTERTOR

Em *Casa-Grande & Senzala*, escreveu o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre que a «Inquisição escancarou sobre nossa vida íntima da era colonial seu olho enorme, indagador»⁶⁷. A documentação inquisitorial, como os *Cadernos do Promotor*, mostra que, embora tivesse de fato um olho enorme e indagador, a Inquisição encontrou limites, limites esses impostos pela sociedade que ela vigiava.

Próximo de sua extinção, o tribunal da Inquisição passou por uma queda significativa em sua influência e reputação enquanto tentava adaptar-se às novas condições políticas, culturais e ideológicas que surgiram no final do século XVIII e no começo do XIX⁶⁸. O historiador português José Veiga Torres mostrou com extrema clareza que a partir dos últimos vinte anos do século XVII, a Inquisição preteriu a «repressão à heterodoxia social e religiosa» e centrou seus esforços em produzir «familiares genealogicamente puros e socialmente privilegiados», passando a desempenhar o papel muito mais de «um agente de promoção social do que de controle social»⁶⁹.

Com a criação da Mesa Censória, em 1768, no contexto das reformas pombalinas, a Inquisição acabou por perder poder e prestígio. Na esteira de suas reformas, o Marquês de Pombal acabou, em 1773, com a diferença entre cristãos-velhos e cristãos-novos, promulgando um novo Regimento em 1774 e decretando a extinção da Inquisição de Goa três anos depois. Por certo que o tribunal se refez de algumas dessas perdas de forma temporária com a volta da Inquisição de Goa em 1778 e com o fim da Mesa Censória, determinado por D. Maria I⁷⁰.

Talvez possamos aceitar, em parte, que após a década de setenta do século XVIII a Inquisição demonstrasse nítidos sinais de declínio, e já nos inícios do século XIX, o tribunal não passava de um «mero tribunal eclesiástico». O historiador norte-americano James E. Wadsworth é muito lúcido ao atentar para o fato de que:

«um só caso não pode na verdade decidir a questão de saber em que é que a Inquisição se tinha tornado, mas pode demonstrar que encarar a Inquisição, mesmo nos seus anos finais, como um ‘mero tribunal eclesiástico’ é ignorar o papel social muito importante que ela continuou a desempenhar na sociedade luso-brasileira»⁷¹.

66 A. BORGES COELHO, «Cristãos-novos, judeus portugueses e o pensamento moderno», A. NOVAES (org.), *A descoberta do homem e do mundo*, São Paulo, 1998, 258.

67 G. FREYRE, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 28.^a ed., Rio de Janeiro, 1996, LXVI.

68 J. E. WADSWORTH, «Joaquim Marques de Araújo: o poder da Inquisição em Pernambuco no fim do período colonial», Maria Beatriz Nizza da SILVA (org.), *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*, Porto, 2001, 309.

69 *Ibidem*, 309-310.

70 *Ibidem*, 310.

71 *Ibidem*, 310-311.

Apesar de as análises mostrarem que o tribunal da Inquisição, nesses finais dos setecentos, apresentava visíveis sinais de fragilidade, ainda assim havia aqueles que o temiam, e, para evitar males futuros, cediam à extorsão. Disso é exemplo um casal de padeiros residente em Campo de Ourique, em Lisboa; a possibilidade de existir um caso como esse, envolvendo Ana Maria e seu esposo Joaquim Gonçalves às portas do século XIX, só pode ser compreendida se levarmos em consideração a proposição de Francisco Bethencourt; para ele, o tribunal da Inquisição continuava a ser uma instância aceita pela sociedade, a qual se voltava a ele tanto por obrigação ética, difundida pelo clero, especialmente no momento da confissão, como motivada «por rivalidade e vingança». De qualquer modo, não podemos ignorar «uma certa funcionalidade do tribunal»⁷².

É digno de nota o temor gerado, mesmo nos anos finais do século XVIII, pelo Santo Ofício quando seu nome era mencionado. Isso ficou patente para mim a partir da minha atenta leitura dos processos movidos pela Inquisição de Lisboa contra Veríssimo Antônio do Rego e Joaquim Rodrigues (familiar do Santo Ofício), presos em meados de 1794, julgados por levantar uma falsa acusação de bestialidade contra a padeira Ana Maria. O caso dessa padeira evidencia o seguinte: «não podemos simplesmente descartar a Inquisição no fim do período colonial como apenas ‘um simples tribunal eclesiástico.’» Essa história mostra, por um lado, o quanto a Inquisição ainda despertava o temor em parte da população e, por outro, que o tribunal continuava sendo usado para interesses próprios⁷³.

PALAVRAS FINAIS

Em 1927, no texto «O futuro de uma ilusão», Sigmund Freud ponderou ser «duvidoso que os homens tenham sido em geral mais felizes na época em que as doutrinas religiosas dispunham de uma influência irrestrita; mais morais certamente não foram. Sempre souberam externalizar os preceitos da religião e anular assim suas intenções.» De forma bastante crítica, o pai da psicanálise mostrou que «em todas as épocas, a imoralidade encontrou na religião um apoio não menor que a moralidade»⁷⁴.

E assim procedemos como François Hartog, ou seja, retomamos o passado no presente, para com isso «fazer dele um passado significante»⁷⁵. Com Marc Bloch, entendemos perfeitamente que a história não pode ser pensada como uma «ciência do passado», pois o «passado não é objeto de ciência». Para ele, está em questão o «jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa»⁷⁶. É uma trajetória, enfim, que vai «exatamente do presente ao presente, para interrogar o momento presente», em sábias palavras de Hartog⁷⁷. Ou novamente com Bloch: a história é sempre a história do presente. Assim, com sua

72 F. BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, 1996, 356.

73 WADSWORTH, «Joaquim Marques de Araújo», 319.

74 S. FREUD, «O futuro de uma ilusão», *Obras psicológicas completas*, Rio de Janeiro, vol. XXI [1927-1931], 1996, 46.

75 F. HARTOG, *Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências do tempo*, Belo Horizonte, 2023, 183.

76 BLOCH, *Apologia da história*, 7.

77 HARTOG, *Regimes de historicidade*, 183.

«história como problema», Bloch propôs a fuga de um modo de fazer história, «que se apoia em fatos, grandes nomes e heróis»⁷⁸.

Nesse sentido, Marc Bloch é um ótimo referencial, ao escrever que por trás das marcantes e sutis impressões da natureza, sob os textos que parecem desinteressantes e as organizações que aparentam não ter conexão com seus criadores, estão os indivíduos que a narrativa histórica deseja registrar. Aqueles que não alcançarem isso se tornarão, na melhor das hipóteses, meros auxiliares do conhecimento. Um historiador habilidoso se assemelha ao ogro das histórias, que, ao detectar o aroma da carne humana, reconhece que ali está a sua presa⁷⁹.

Escrevendo sobre a herança deixada pela Inquisição, o historiador português António Marques de Almeida nos fala sobre o medo, pertencente «à esfera pública». Com o tempo, «os grupos dominantes aprisionaram-no e converteram-no em poderosa utensilagem de domínio, de violação das consciências e numa arma terrível de humilhação do outro»⁸⁰. Bem mais humilhante do que a vigilância dos grupos sociais é a vigilância das consciências, essa «verdadeiramente devastadora»⁸¹: «sociedade de silêncio que propicia a violação da consciência individual e coletiva»⁸², e que, nas palavras de Marques de Almeida, encaminha-se a:

«um mundo de silêncio, prestes a ser essência de uma sociedade constrangida, em que, a suspeição, a denúncia, a violação das consciências se transformam em práticas de sociabilidade e entram no léxico da atmosfera do medo. As condutas sociais alteram-se e o léxico da língua portuguesa alarga-se: desconfiança: desconfiar de todos, de tudo quanto está à volta, de si próprio se preciso for. Vigiar, na dupla hélice de quem vigia e de quem é vigiado»⁸³.

Como legado, a Inquisição imprimiu os temores que têm moldado as estruturas dos imaginários e das experiências diárias, especialmente no sul da Europa. O Santo Ofício serviu como um meio de humilhação, e a análise dos milhares de processos se revela como uma afronta à privacidade e às consciências. O eco social das punições da Inquisição é devastador: a exibição pública das pessoas condenadas provoca o desprezo da comunidade⁸⁴.

Em tempos de saudosismo autoritário, estudar sociedades que viveram sob o domínio de regimes de exceção é essencial, pois nos faz ver os perigos e armadilhas de um estado em que a liberdade é encarada como inimiga.

78 BLOCH, *Apologia da história*, 7.

79 *Ibidem*, 54.

80 A. A. MARQUES DE ALMEIDA, «Emergência do medo social na sociedade moderna portuguesa (séculos XV-XVIII)», M. A. NUNES DA SILVA & S. M. DE SOUZA SEVERIS, *Estudos inquisitoriais: história e historiografia*, Cruz das Almas, 2019, 58.

81 *Ibidem*, 62.

82 *Ibidem*, 67.

83 *Ibidem*, 63.

84 *Ibidem*, 66.